

Tempo integral exige recursos

O presidente do CFE é simpático ao sistema de ensino por tempo integral, onde o aluno entra às 7h na escola e sai às 19h alimentado, limpo e assistido na parte educacional e esportiva. Mas, novamente a idéia de expandir este modelo de ensino a todo País, segundo ele, esbarra no problema de escassez de recursos.

Sobre as autoridades do Governo espelharem-se em modelos estrangeiros de educação, Ferreira Filho lembra que esta prática historicamente não vem dando certo para o Brasil. "Inicialmente foi escolhido o modelo francês, altamente conservador, onde o aluno não podia opinar. Depois houve uma reviravolta e o sistema norte-americano passou a ser o adotado, quando o estudante começou a ter liberdade para, ele mesmo, escolher as matérias que ia estudar. Hoje, parece que está havendo uma certa revisão do modelo norte-americano", explica.

Outro fato que o presidente do CFE admite ser verdadeiro é que

o tempo e as mudanças globais no contexto das leis do Brasil acabaram tornando necessária uma reavaliação do currículo do curso de Direito nas faculdades brasileiras. Ele explica que o atual currículo tem cerca de 30 anos e que, assuntos como Direito ambiental, agrário, previdenciário e outros não fazem parte hoje da relação de matérias estudadas por alunos do curso de advocacia.

Manoel Gonçalves ressalta um grave problema também enfrentado pelo setor educação no Brasil; a despreparação do professor. Ele defende que, em caráter emergencial, o Governo invista na qualificação do educador brasileiro estimulando-o com aumento de salários e condições adequadas de trabalho.

Sua posição diante do decreto baixado pelo presidente Fernando Collor, expandindo o número de dias/aula no calendário letivo de 180 para 200 dias, é de cautela.